

# O DISTRICTO DE AVEIRO

PUBLICA-SE A'S TERÇAS E SEXTAS FEIRAS.

Preços: (com estampilha)

Anno, 3,540 réis — Semestre, 1,870 réis — Trimestre, 935 réis.

Subscribe-se e vende-se unicamente no escriptorio da administração, rua Direita n.º 24. — Publicações de interesse particular, são pagas — Folha avulsa, 40 réis — Anuncios, 20 réis por linha — Correspondencia não franqueada, não sera' recebida — Artigos mandados a' redacção, sejam ou não publicados, não serão restituídos.

Preços: (sem estampilha)

Anno, 3,000 réis — Semestre, 1,500 réis — Trimestre, 800 réis.

NUMERO 92

TERÇA-FEIRA 20 DE MAIO DE 1862

SEGUNDO ANNO

## AVEIRO

La liberte d'enseignement sans garanties préalables est contraire, en principe, à la nature des choses; et, comme tout ce qui est faux en soi, elle ne peut produire dans la pratique que des conséquences désastreuses. L'éducation, livrée ainsi à l'aventure, tourne contre sa fin.

M. COUSIN: Sessão de 21 de abril de 1844.

A razão porque uma parte da imprensa combate o projecto de lei apresentado pelo governo sobre o ensino, consiste em o reputar contrario á liberdade. Para os que combatem, não o projecto, mas o governo que o apresenta, é esta ainda a razão principal das censuras e da guerra que lhe movem. Se ella fosse real, era certamente um motivo assaz forte para justificar essa guerra, e levar a camara, onde actualmente se discute o projecto, a reproval-o. Não pode duvidar-se.

Para as nações livres é uma questão importante a do ensino, e todo o governo que attentar contra a liberdade que cada um tem de illustrar o seu espirito, attentá contra a liberdade politica do seu paiz. Este direito d'apprender é tão innato e natural que nem pode comprehender-se, que possa haver estado livre, em que elle não seja apanagio de todos os cidadãos.

Mas ao estado a quem compete seguramente promover a abertura dos estabelecimentos necessarios de instrucção, compete igualmente o rigoroso e impreritivel dever de vigiar as condições delles. Do mesmo modo que por si ou por seus delegados manda contruir as fontes necessarias para abastecer as povoações, e é obrigado a vigiar com o maior escrupulo, que a agua proveniente dellas seja potavel e salutar, assim é obrigado a examinar que a doutrina ministrada nos estabelecimentos de instrucção fundados por elle, seja propria para cultivar e apertigoar os espiritos.

A importancia e grandeza destas obrigações comprehende-se facilmente, e nem carece de demonstração. No projecto em discussão o que se pretende é regular convenientemente a pratica dellas. O governo quer assumir perante o ensino a missão benéfica e protectora que lhe pretenhe. Nada mais.

Como nem só, porém, o estado tem a faculdade de crear escolas, o projecto estabelece tambem regras positivas para o estabelecimento daquellas, que deverem sua creação á iniciativa particular, e reserva a inspecção e regulamento d'ellas ao governo. Impoem-lhe preceitos, e exige-lhe garantias previas.

Ha aqui abuso de direito, ou invasão das garantias constitucionaes? Não ha. O estado tem o direito da inspecção. Ninguém lh'o contesta. Pode igualmente impor os preceitos, e exigir as garantias que julgar precisos para que o ensino não seja desviado do seu fim por mãos ou ignorantes perceptores. Como vedaria diligente, que ao povo se facultasse agua corrompida ou envenenada, embora de aquedutos pertencentes á iniciativa particular, assim deve cuidar solicito em que se não ministrem a infancia principios falsos ou nocivos, em todos os estabelecimentos de instrucção, qualquer que seja a sua fundação. Assim tem-lhe respeito de todos os mesmos deveres e direitos. Poderia elle, ao contrario, obstar á infecção da mocidade pela propagação das ruins doutrinas, como ao envenenamento do publico pela facultação de liquidos inficionados e prejudiciaes? De certo não.

Mas o espirito partidario tem falsificado as noções. A paixão, transvariando os animos, tem querido tirar illações contrarias ás disposições contidas no projecto do governo. Apontam-no como opposto á liberdade do ensino. O proprio parecer da maioria da commissão, assim o classifica. Nada disso é verdadeiro. Examine-o imparcialmente a gente sensata.

Comprehende-se bem que uma certa cohorte politica se arme contra elle. Transtornam-lhe os planos algumas das restricções postas não ao ensino, mas aos perceptores, não á educação, mas aos educadores. Que se não confunda porém uma cousa com a outra. Que os homens liberaes de todos os partidos, se não illudam com a ostentosa applicação de theorias brilhantes, e de principios seductores. No fundo disso está o

abysmo. Pedir a mais ampla liberdade para forjar algeinas d'escuridão; reclamar a maior tolerancia para preparar o reinado do absolutismo; pedir luzes, para poder apagal-as livremente e substituir-lhe a seu tempo a obscuridade e as trevas é plano grandioso incontestavelmente, mas a que os liberaes não podem associar-se, sem perigo de suicidio politico.

A. P.

A Nação continua a sustentar a sua doutrina sobre a venda dos bens que pertenceram ás freiras. No seu ultimo artigo pergunta-nos se a igreja não deve ser considerada como proprietaria dos bens que tem adquirido, e se as leis canonicas não prohibem a alienação d'elles sem previa auctorisação da auctoridade ecclesiastica.

Concedamos tudo isso. Que resulta d'ahi? Que os confessores tinham legitimo impedimento para negar a confissão e absolvição aos que compraram esses bens? Esse é que é o nosso caso.

Se a igreja qualifica o facto da venda independente da auctorisação como um roubo feito a Deus, e impoem aos compradores (?) a pena de excommanhão, obrigando-os a restituirem, resta saber se ainda assim o sacerdote tinha facultade de absolver os réos d'esse peccado. Se não tinha é por que esse peccado é dos reservados ao papa. E' realmente? Não podemos dispensar-nos de lhe lembrar então que pela bula da Cruzada, quando mais não fosse, ficou o clero portuguez auctorizado a absolver todos os peccados reservados ao papa, excepto o de heresia mysta.

Mas a obrigação de restituir? Tem razão. O reparo é justo. D'essa obrigação não podia o confessor eximir o penitente, mas pela mesma razão o não pode eximir igualmente o papa, e esse breve que ahi se diz ter sido pedido para serenar os escrupulos de certa penitente, é uma burla grosseira. Não concorda nisto a Nação? O texto do citado cap. do C. de Trento é expresso: *... e fique sujeito a anathema, até que elle tenha inteiramente tomado e restituído á igreja e a seu administrador ou beneficiado as ditas jurisdicções, bens e effectos, direitos, frutos, e rendas, de que se tiver apossado, ou que lhe vierem de qualquer modo que seja ainda por doação e pessoa supposta, E QUE ELLE TENHA OBTIDO A ABSOLVIÇÃO DO SUMMO PONTIFICE.*

Ora se isto é assim, quem poderá absolver os que compraram o que o estado mandou vender em hasta publica, sem que elles o restituam? O summo pontifice não de certo. Como ha de pois operar-se essa restituição e a quem? Eis ahi o absurdo de confundir o temporal com o espirital, o que é do dominio do estado, e o que é do dominio da igreja.

Não o disfarce a Nação. Essa confusão é causa de todas as duvidas. A contradicção entre as leis civis e as leis ecclesiasticas não existe senão quando umas invadem, como no caso sujeito, a esphera das outras. D'outro modo, que seria se o sacerdote, ou o simples christão para obedecer á lei de Deus tivesse de incorrer no crime de desobediencia á lei do seu paiz? Não resultaria d'ahi a desordem, a anarchia, e o quebrantamento de toda a harmonia social?

Sabemos que os apóstolos disseram: «convenem obedecer primeiro a lei de Deus». Mas adverti que S. Paulo, que era um dos apóstolos disse tambem aos romanos: «sede sujeitos aos poderes da terra não só por temor do castigo, mas por obrigação da consciencia». O que um dos commentadores da Biblia, Estio, commentou deste modo: «por obrigação da consciencia, porque os preceitos ou leis civis obrigam em consciencia, isto é, diante de Deus, e não só no foro exterior.» A desobediencia a Deus seria portanto inevitavel em qualquer dos casos, e haveis permittir-nos que neguemos abertamente que algum santo esteja por essa desobediencia nos altares da religião.

Mas a cousa ainda não pára aqui. Os vossos canones cremos que não tornam os subditos responsaveis pelos actos dos poderes superiores do estado, e vos fazeis partilhar a mesma responsabilidade a uns que aos outros. Por isso perguntamos se era criminoso o que comprasse em praça uma propriedade usurpada a igreja pela sentença iniqua d'um tribunal civil ordinario. Arguiste de trica a nossa questão, e respondeste que não havia paridade entre a sentença injusta d'um tribunal civil ordinario, e as consequencias (note-se) de uma lei manifestamente opposta ás leis da igreja.

ja. Trica é isto. Pois as consequencias não são as mesmas em ambos os casos? Não ha igualmente usurpação? Vede se com toda a vossa hermeneutica sois capazes de collocar a decisão d'um tribunal executor das leis acima das proprias leis.

A desordem toda proveio de se proceder á desamortisação sem se ter obtido o breve pontificio, dizeis vós. E era elle preciso? Sim, para aquellos para quem os bens das freiras eram propriedade da igreja. E podia o papa, em bom direito canonico, concedel-o? Talvez, se se apurasse bem as cousas, houvesse ainda duvidas a esse respeito. Não vos parece?

Simplifiquemos porém a questão principal. A Nação considera os bens que pertenceram ás ordens religiosas como propriedade da igreja? Pois bem! demonstre-nos isso, não só á face dos seus canonicos predilectos, mas tambem á face do direito geralmente recebido na actualidade sobre a materia. Prove-nos d'esse modo que somos nós que acordamos d'um somno secular, em quanto que o articulista com olhos muito abertos teima em ver as cousas, não como ellas são, mas como ellas foram ha dois ou tres seculos. Depois d'isso veremos a legislação porque havemos de regular-nos. Se ha meio de entender-nos, é esse.

A. P.

Temos o Direito e o Bem Publico outra vez comosco. O primeiro vem em reforço ás suas primitivas opiniões e forceja por demonstrar-nos que a reacção não existe, ou que se existe esta na propria natureza da religião. E' este um deploravel empenho, por que consiste em fazer da religião uma arma politica, tão offensiva como defensiva; defensiva quando convem desfarçar os intuitos ambiciosos e os planos sinistros, offensiva quando é preciso alienar á liberdade as sympathias dos simples de coração.

A reacção é uma pura invenção dos liberaes; tu o que fazem os pretendidos reaccionarios é em cumprimento dos seus deveres religiosos, e a exemplo de Jesus Christo, que era, segundo elles, o maior reaccionario. Mas Jesus Christo não conspirou contra a liberdade, pelo contrario fundou sobre ella o codigo das suas leis, e vós, quando mesmo não conspirasseis por obras, prégaes todos os dias contra a liberdade, e declarais que, apezar de a termos acatellada pelos exercitos de toda a Europa, temos razão de temer um inimigo mais poderoso do que os proprios reaccionarios, e que os que tem fé sabem qual é! Temos entendido.

O Bem Publico esse esalfa-se a repetir a quelles estafadissimos argumentos da sua lavra para nos provar que houve razão em negar a confissão aos que compraram os bens das freiras. Não discute, quasi que nos intima e com tão comica indignação que felizmente nos dispensa de lhe responder. E nós não desejavamos mais depois de termos sido já uma vez victimas do seu furor polemico. Se Deus quizer não ha de tornar a pilhar-nos. Estão prohibidas as massadas.

Basta portanto que ratifiquemos um facto que o contemporaneo desmente:

A sr.ª viuva a quem nos referimos no nosso primeiro artigo foi de facto consultar o sr. padre Sequeira sobre a negativa da confissão. Foi até de casa do sr. padre Soares para casa de s.ª. Se ao Bem Publico mandaram de cá dizer o contrario, mentiram-lhe ignobilmente. Sustentamos o que dissemos, e desafiámos o proprio sr. Sequeira a que nos desmintia. Cá não se costuma dizer uma cousa por outra.

A. P.

## AS COUSAS PUBLICAS E OS INSIGNIFICANTES.

Não ha remedio se não usar com elles da mesma linguagem que empregam nos seus escriptos.

Sabemos que nos desviamos assim do programma do nosso jornal, mas tambem pensamos que é mister não deixar sem replica as objurgatorias da calumnia e da devassidão com visos d'inteira e moralidade.

Quaes são os insignificantes? Quem defendeu os Brandões? Quem prostituiu a sua penna, advogando causas semelhantes a esta? Quem foi que atassalhou a reputação do sr. Avila para depois contradizer vergonhosa e descaradamente todas as asserções que a seu respeito haviam aventado? D'onde parte sempre a calumnia, d'onde sempre a diffamação?

Estes são os verdadeiros insignificantes, porque insignificantes são todos aquelles, em cuja alma lavram as abjectas paixões do odio e do rancor.

Insignificantes? Insignificantes sois vós, que andaes á busca da importancia que vos falta, porque não possuís títulos nenhuns para ella.

Acabaes de pôr a ultima pedra no edificio das vossas torpezas, defendendo o escripto de fazenda de Vagos.

A nossa accusação não é como dizeis filha de conveniencias politicas e electoraes. Bazease em factos incontrovertidos e nas reclamações de varios cidadãos que se nos tem queixado das irregularidades e crimes praticados pelo vosso protegido no cargo fiscal, que elle se acha exercendo. Vós é que o defendeis com a má fé, que em tudo costumaes empregar. O escripto de fazenda de Vagos tem as vossas graças, porque vos prestou o seu voto. Tem as vossas graças, porque as tem todos, os que abusando da sua posição de empregados, careem depois do jornal assalariado para a immoralissima defeza dos seus crimes.

As arguições que hemos feito ao sr. Diniz subsistem, porque a verdade não se destroe com argumentos de requintada malicia e perversidade.

Por hoje ficamos aqui. O resto é com o sr. Duarte, que cabalmente se justifica na correspondencia que vem no logar competente d'este jornal.

D'aqui até que os povos d'aquellas localidades se resolvam a lançar mão do direito de representação como é mister que façam, não diremos mais palavra sobre este objecto. Fique porém sabendo o papel diffamador e calumniador, que nos azeda a sua linguagem insolente, e que não podemos dizer até onde irá a nossa paciencia e resignação.

Damos principio ao eloquentissimo discurso proferido pelo exm.º ministro da marinha, Mendes Leal, na camara electiva, em sessão de 7 do corrente, sobre a liberdade do ensino.

O sr. Ministro da Marinha: — Devo começar por agradecer cordalmente ao illustre deputado que acabou de fallar o ter citado alguns pobres versos, meus não (outros que são meus esqueceu a s. ex.ª cita-los), mas traduzidos por mim de m.ª Anais Ségalas, em louvor e glorificação das irmãs de caridade no exercicio das boas obras que nunca ninguem combateu, que todos os povos têm admirado, que Portugal admira com todos os povos (apoiados). Agradeço a s. ex.ª haver-me dado esta occasião de provar como é uma calumnia suprema a pretensão que se tem levantado de nos dar como inimigos d'essa instituição, como inimigos das boas obras d'ella, como inimigos do exercicio sincero da caridade. Já se vê que o não somos, ahi está a prova. E ha ainda outra. Alem d'esses versos, pobres como são, ha outros de minha propria lavra, que eu escrevi a pedido de algumas damas caridosas para um beneficio feito com o fim de minorar a profunda indigencia de outras irmãs de caridade, das irmãs de caridade portuguezas (apoiados), que os ricos e poderosos abandonavam completamente, e que precisavam socorrer-se, ellas, symbolos de caridade, á caridade publica, para poderem ter uma existencia precaria; versos que eu recordei agora a s. ex.ª, porque tambem ahi elogiei, como sempre, a virtude da caridade no seu pleno e sincero exercicio. O que eu nunca fiz, o que s. ex.ª não pôde provar e não provará ninguem, é que eu confundisse o instrumento com a causa, a mão com a cabeça; é que eu confundisse com a caridade sincera, que sobe á mansarda do pobre e vae ao leito do enfermo, a caridade politica (apoiados), que caminha a fim muito diferente (apoiados).

Tenho mais que agradecer a s. ex.ª a allusão que me fez, citando-me a auctoridade de Voltaire, e dizendo-me — que perante ella me devia eu inclinar. Está enganado. Nunca me inclinei. Não pôde s. ex.ª, em quantos escriptos eu tenha publicado, citar-me uma unica vez uma só phrase, um só conceito, uma só idéa, que possa sequer auctorisar a suspeita de que eu me enfileirava n'esses espiritos fortes, entre os quaes s. ex.ª pareceu querer dar-me um logar que eu não aceito, que não posso aceitar, que ninguem me pôde provar que eu tenha aceitado. (Vozes: — Muito bem.)

Ainda no primeiro dia em que se encetou este debate se levantou do lado direito da camara um illustre deputado que não pôde ser suspeito nas suas opiniões, e referindo-se á memoria de meu virtuoso e honrado tio o desembargador vi-gario de Santa Maria de Loures, o sr. Francisco Borges Ferreira, deu-me occasião para lhe agradecer os epithetos de virtuoso e honrado, que eu acceito para a sua saudosa memoria como bem merecidos e plenamente justificados. Se não recebi d'esse respeitavel ecclesiastico toda a educação, recebi a educação religiosa; ouvi e decorei profundamente os seus preceitos, e tenho-os sustentado sinceramente; mas esses preceitos não se podiam confundir, não confundem com outros que eu tenho modernamente ouvido do alto do pulpito. Esse ecclesiastico pregava o amor, a caridade verdadeira, a misericordia, a indulgencia, o respeito ás leis; e outros que eu tenho ouvido (note-se bem) pregam-o que eu não quero aqui referir, porque não o reputo proprio nem da magestade do logar, nem do decoro d'esta casa. Esse honrado e virtuoso ecclesiastico a quem tanto devo, porque lhe devo os principios de justiça pelos quaes procuro aferir as minhas opiniões e os meus actos; esse honrado ecclesiastico ensinou-me que a calumnia era uma arma defeza, era um peccado abominavel; e hoje vejo-me victima de calumnias taes que não admiro a camara que n'este momento impera sobre mim uma emoção que quasi não posso subjugar. Esse ecclesiastico ensinava-me o preceito do amor á verdade, e na cadeira da verdade o ensinava a todos como m'o ensinou a mim: outros que eu vejo arregimentarem-se em bandeiras politicas, outros que symbolizam a verdadeira reacção, como opportunamente o provarei, outros, sabe v. ex.<sup>a</sup> e sabe toda a camara o que fazem? Ainda ultimamente n'uma luta eleitoral, feitos agentes politicos em vez de ministros do Senhor, proclamavam não só que eu, que escrevi aquelles versos, eu que fui educado d'este modo, era um impio, um herege que tinha recebido uma cruz das mãos de um rei mouro (riso); mas ainda mais—aquí é que me não ri, aqui é que a indignação me sobe de ponto—que era tão perverso que nem fazia caso de meus paes! Sabe o illustre deputado que começou e abriu este debate, sabe s. ex.<sup>a</sup> que conviveu com a minha familia, que tenho sempre honrado e respeitado meus paes humildes sim, mas sempre honrados; sabe que isto é uma calumnia, contra a qual eu me insurjo com toda a força que dá uma consciencia limpa.

Mas o illustre orador que acabou de fallar, citando e lendo aquelles versos, pareceu querer demonstrar que o meu presente se achava em contradicção com o meu passado, e digo pareceu porque não posso afirmar que fosse esta a intenção de s. ex.<sup>a</sup> Honro-me de os haver escripto, não vejo n'elles nenhuma contradicção, não sei que se me possa attribuir; e s. ex.<sup>a</sup> que timbra de verdadeiro e leal nas suas argumentações, ha de ser o primeiro a reconhecê-lo.

Propuz-me honrar n'esses versos o espirito da caridade, da verdadeira caridade, mas o que me repugna é que d'elles se faça uma taboleta para atraz d'ella esconder o que antes devera manifestar-se em publico, para que a verdade em vez do engano e da dissimulação, presidisse ao debate. Hei de eu fazelo, hei de com as provas na mão mostrar quaes são os intuitos reaes e verdadeiros d'esta caridade politica, que se esconde atraz da caridade sincera (apoiados); d'essa caridade que eu combato, porque o não é, porque se funda no odio (apoiados); e não d'essa caridade que sinceramente se pratica, que se funda no amor, que a lei de Deus aconselha em todas as suas manifestações, que está escripta no evangelho e consagrada por divinos exemplos.

Podia começar desde já a expor esse sudario, porque é o sudario da grande contradicção, mas a hora está adiantada, e eu teria necessariamente de cortar o fio ao meu discurso. Peço por consequencia que me seja reservada a palavra para a sessão seguinte.

(O sr. Ministro da Marinha não reviu o seu discurso.)

Continuação do mesmo discurso interrompido na sessão passada:

O sr. Ministro da Marinha: — Não foi sem trabalho que a palavra me chegou. E declaro que preferia antes ter tido occasião e tempo de, na sessão de quarta-feira, terminar quanto desejava dizer, a ver-me na necessidade de voltar ao assumpto neste momento, depois de mettido um dia de permicio. Entretanto a camara viu que, em dez minutos que então me foram dados, não era possível fazê-lo. Hoje, com quanto o desejo, não posso ainda affiançar que concluirei, porque também me é dado pouco tempo.

O illustre deputado, que me precedeu na ordem da discussão, grupou as suas ideias em trez partes: 1.<sup>a</sup> ensino livre; 2.<sup>a</sup> existencia ou não existencia da reacção; 3.<sup>a</sup> conveniencia das congregações religiosas em exercicio hospitalario, sobretudo de determinada congregação. E aggregou a esta divisão de doutrinas outras ideias, que não estão comprehendidas, nem no relatório da maioria da commissão, nem no seu projecto, que devia ser a consequencia desse relatório, e comtudo não é consequencia d'elle (apoiados), nem tão pouco é filio da doutrina da liberdade (apoiados).

Tratarei de examinar cada um dos pontos de per si, não só na presença dos principios que individualmente se possam seguir, mas também á luz dos factos, que neste debate é de grande importancia.

Entre as considerações que o illustre deputado fez, referiu-se ao meu collega o sr. presi-

dente do conselho, e intimou-o para que lhe respondesse a certas perguntas.

Posso afirmar a s. ex.<sup>a</sup> que não terá de se queixar de obstinação no silencio da parte do nobre ministro, elle ha de responder, e cabalmente. Por isso não quero prejudicar a sua resposta.

Ponderarei unicamente que, em relação a cousas que o illustre deputado disse haverem sido segredadas ao sr. presidente do conselho, houve um grande equivoco no emprego desta palavra. Não podiam ter sido segredadas. Não houve segredos, não os podia haver, nem os ha (apoiados).

E no que toca á politica seguida por aquelle cavalheiro, não é tambem preciso diante desta camara, que o conheço, diante do paiz que o tem visto sempre liberal e honrado liberal (muitos apoiados); não é preciso, digo, fazer a sua defeza: está feita pelos factos (muitos apoiados). Depois que acabaram as questões de mais carta menos carta, depois que o acto adicional firmou a paz entre os antigos partidos, todo o homem que pertença á familia liberal pode e deve curvar a cabeça ante este homem que tão constitucional tem sido sempre (muitos apoiados).

Principiou o illustre deputado e erudito autor do relatório da commissão, principiou acatando o meu caracter. Agradeço-l'ho, mas supponho merecer-l'ho (apoiados), porque os caracteres não se respeitam senão quando se entende que o merecem.

Principiou acatando o meu caracter, e concluiu... a camara toda ouviu de que maneira! Com aquelle pungente sarcasmo aos voltairianos, dando a entender que eu o era; ás prosas de Robespierre, dando a entender que eu as imitava nos meus escriptos; aos espiritos fortes, dando a entender que eu era espirito forte.

Custar-me-lia isto immenso, se os primeiros epithetos com que fui injuriado, quando ha quatro annos comecei a tratar esta questão, que para mim não é nova, me não houvessem habituado a ouvilos com algum sangue frio. Então chamavam-me impio herege, argumento supremo com que se responde quando se não pode dar outra resposta. Hoje os epithetos de voltairiano, de seguidor de Robespierre, de espirito forte, são por outras palavras o mesmo que impio, herege, e eu não esperava ouvilos da bocca de s. ex.<sup>a</sup>, que tinha começado dizendo que respeitava o meu caracter. A differença dos termos não tira nada á significação das ideias, a injuria é a mesma; o modo, esse é que diversifica.

S. ex.<sup>a</sup> declarou—que punha acima da prosa de Robespierre a poesia de Lamartine—. Também eu, e não só a poesia de Lamartine, mas toda a poesia dos nobres e generosos sentimentos, e põe-a tambem acima da prosa de Molina e de Escobar (apoiados e ápartes) e de Marianna, e de muitos outros. O illustre deputado tem lido muito, declarou-o aqui, mas os livros não se inventaram só para s. ex.<sup>a</sup>, tambem nós temos e entendemos o que temos; e fazemos mais, não temos só os livros de uma escola, temos os de uma e outra para apreciarmos onde está a verdade, porque a verdade só pode apreciar-se na comparação dessas escolas, e não da leitura absoluta e exclusiva de uma só.

S. ex.<sup>a</sup> deu a esta camara a novidade de citar uns versos meus em louvor das irmãs de caridade, uns pobres versos, que nunca esperaram ter a honra de ser lidos em tão illustre assembleia, e que foram muito bem lidos. Não era a poesia de Lamartine, era a poesia de um homem a quem se chamou impio e herege, e a quem se chamou selvagem; mas que provou que sabia entender os delicados sentimentos da caridade, que sabia como em toda a parte acatar o exercicio da mesma caridade, e tambem como em toda a parte combater os pretextos d'ella. Logo provarei que não é esta a unica terra em que ha selvagens, ha-os espalhados por toda a Europa: logo o mostrarei com as provas na mão.

Mas pensa a camara que o illustre deputado deu alguma novidade, ou ganhou alviçasas citando os meus versos? Vou provar que não deu novidade nenhuma, e tambem mostrar-lhe que não leu tudo.

Em 22 de setembro de 1858 (porque ha quatro annos que entro nesta questão, as minhas opiniões são sabidas, e ao modo porque tenho entrado nella já s. ex.<sup>a</sup> mesmo foi obrigado a prestar testemunho antes de hontem), nessa epocha dizia eu:

«Não ha muito publicavamos nós em honra da instituição das irmãs de caridade a traducção de um poemeto de m.<sup>me</sup> Annaïs Ségalas, todo consagrado aos seus louvores. Interpretando a poetisa franceza, escreviamos:

O triste no seu leito acordando amanhã,  
Pensará que o vigia a propria mão do Eterno:  
Se não vê junto d'elle a irmã do lar paterno  
Encontra no hospital da caridade a irmã.»

Eu já citava os meus proprios versos, denunciava-me ao publico, antevia e prevenia que possessem de alguma forma accusar-me de contradictorio, quando o não era. Já n'outra occasião o disse.

Continuava eu sollicitando os socorros publicos para esta mesma instituição das irmãs de caridade portuguezas, que não tinham que comer, que para exercerem a caridade iam pedir esmola á caridade, e escrevi:

«N'outra occasião, sollicitando os socorros publicos para esta mesma instituição, fizemos ouvir um cantico tão humilde como sincero:

Vem dos céus, ó caridade,  
Vem ó mimosa dos céus;

Flor que brota a humanidade  
No seio do proprio Deus;  
Santa flor tornada em fructo,  
Que onde mais negreja o luto  
Mais perfume exhala a flor;  
Flor que nasce onde outras morrem,  
Que onde mais os prantos correm  
Mais tem o fructo-sabor.»

Já vê o illustre deputado que não deu novidade nenhuma á camara, porque ha quatro annos tinha eu mesmo denunciado esta minha enorme contradicção; e quando s. ex.<sup>a</sup> fez comicamente um gesto turbado, que provocou a hilaridade da camara, não reparou que toda essa hilaridade cahia fulminantemente em s. ex.<sup>a</sup>, que tinha feito na vespera a apologia das suas modificações. S. ex.<sup>a</sup> só queria modificar-se, eu não tinha esse direito, porque (aqui está a igualdade, aqui está a liberdade!) o direito é um para uns e outro para outros! Eu não pratico assim. Quando venho modificar-me em publico, venho anticipadamente dizer-lhe a razão porque o faço, venho denunciar as minhas contradicções. S. ex.<sup>a</sup> podia fazer o mesmo, mas não o entendeu assim.

Mas onde está a prosa de Robespierre? Esta é a pedra de escandalo. Mostrem-m'a nos meus escriptos. Está ahí de alguma maneira, o espirito forte de que me arguam, o espirito voltairiano de que me accusavam? Não está, não se acha, e se o acham mostrem-m'o. Agora onde está, pergunto eu? Tenho, ou não, o direito de perguntar? Terei?...

Vozes:—Tem todo o direito.

O Orador:—Tenho, mas não uso d'elle, porque não quero...

O sr. Casal Ribeiro:—Diga.

O Orador:—Não digo, e peço ao illustre deputado que me não provoque a fazê-lo. Não o digo, porque eu sei reconhecer a s. ex.<sup>a</sup> o direito de modificar-se sinceramente; não o digo porque o não condemno, porque tenho a tolerancia pratica, tenho uma tolerancia sincera, e não faço tolerancia com a difamação, nem generosidade com a justiça; e s. ex.<sup>a</sup> não me pôde dizer o contrario. Não faço uso d'esse direito porque não quero, e respeito cordialmente todas as alianças que o homem possa sinceramente fazer.

Ouvi com extrema curiosidade, e creio que a camara tambem, o participar-nos o illustre deputado, a quem estou a responder, a quem me seguiu, e procuro seguir escriptulosamente na sua argumentação, ouvi-o fazer a apologia das ideias liberaes de alguns illustres cavalheiros que se sentam n'esta casa, e que eu até agora estava intimamente convencido de que se sentavam em nome de outro principio, porque lhes tenho muitas vezes ouvido dizer—o nosso partido, a nossa crença, os nossos principios.

Seja qual for essa crença, esse principio, no momento em que é uma crença respeito-a sincera e profundamente.

Digo mas—a todos tributo a minha veneração. Alguns são menos conhecidos de muitos annos. A um me ensinaram a respeitar e a acatar desde a infancia, o sr. dr. Beirão. Outro, poeta eminente, orador distincto, distinctissimo prosador, o sr. Antonio Pereira da Cunha, que julgo me ouve, é para mim amigo dilectissimo, quasi como irmão, e já em occasiões difíceis e arriscadas para ambos tive occasião de provar a s. ex.<sup>a</sup>, que sabia tambem respeitar os sentimentos generosos, como praticar os sentimentos delicados.

O sr. Pereira da Cunha:—Apoiado. Eu darei testemunho d'isso.

O Orador:—Agradeço o apoiado do illustre deputado, porque vem de uma bocca tão leal, para que se saiba que estes hereges, estes selvagens têm amigos, que não se envergonham da sua convivencia, e trata entre os homens, a quem não se pôde negar nem o respeito de si, nem a respeitabilidade da parte da opinião publica.

Mas ouvi dizer: «Estes cavalheiros são liberaes; não se podem ter negado, não se podem ter recusado aos progressos do tempo, ás ideias da civilisação; adoram a liberdade como nós, estremecem-na como nós. Tanto melhor. Dou os parabens a mim mesmo, á nação e a esta camara, que fez valiosissima acquisição, extremamente valiosa. Se os representantes d'esses principios significam não sómente ideias, mas crenças dynasticas, se nós, quando jurámos a constituição, jurámos isto igualmente, se estamos todos no mesmo campo, se todos somos liberaes, porque se diz—o meu principio, a minha crença?»

Eu peço que me dêem a sua palavra. Se a verdade é tão completa, se a exactidão é tão perfeita, como apresentou o sr. Casal Ribeiro, dignissimo relator da commissão, preciso que elles me dêem a sua palavra, e comigo a camara, e sobretudo a nação, juramento não, que se dispensa para homens de bem.

Declaram aquelles cavalheiros que professam os mesmos principios constitucionaes, a mesma crença dynastica? Se não o declaram, esta união pôde ser honrosa; mas unidade de vistas, unidade de fito, unidade de futuro, não o pôde haver (apoiados).

Espero a sua declaração, que nos deve guiar em todas as apreciações seguras, para vermos se engrossamos as fileiras da liberdade com mais alguns novos e valiosos adeptos. Ha alliança momentanea, fito reservado, escola diversa?

(Pausa.)

Silencio!

Silencio completo e absoluto! Muito bem. Este silencio é uma resposta; a camara deve tomar nota d'elle e a nação tambem.

Ha alliança, ha pacto; mas a unidade não existe, mas esses cavalheiros que amam, que prezam e que querem a liberdade, amam-na prezam-na de outro modo e para outros fins (apoiados).

dos.) Por consequencia não comprehendo como quem quer uns fins possa julgar identificar-se com outros meios.

O illustre relator da commissão fez um reparo em relação ao discurso do illustre deputado signatario do outro parecer, o sr. Ferrer, quando s. ex.<sup>a</sup> disse—que n'este porto não se admitia aquella bandeira com aquella mercadoria, por entender o illustre deputado que se referia ás pessoas—. Não referia.

O sr. Ferrer:—É verdade.

O Orador:—E como podia referir-se, se as pessoas estão aqui? Aqui é porto franco para todos; o que não pôde aqui entrar, se bem que se possam discutir e avaliar, são os principios; porque se entrassem, sahiriam nós, e sahiriam tambem ss.<sup>as</sup> ex.<sup>as</sup> (Muitos apoiados); é a mercadoria que cobre a bandeira. (Muitos apoiados).

Entre a bandeira, respeite-se a bandeira, acate-se a bandeira, honre-se; mas a mercadoria que ella conduz, esta é que não pôde admittir-se. A sua theoria de porto franco não chega até ahí (apoiados). Liberdade para todos, mas liberdade tambem para a liberdade, liberdade sobretudo para a liberdade.

A escola que s. ex.<sup>a</sup> representa, depois das suas modificações... E a este respeito tambem eu podia contar uma historia que responde bem ao seu gesto, mas não quero.

O sr. Sant'Anna e Vasconcellos:—As anedoctas são admissiveis.

O Orador:—Não é preciso (riso). Rira bien qui rira la dernier.

Dizia eu que a escola a que s. ex.<sup>a</sup> pertence actualmente pensa ter dito tudo quanto diz que sabe sobre a liberdade da revolução; mas nós todos somos revolucionarios (apoiados). Pôde algum negar isto? Pois os illustres deputados e s. ex.<sup>a</sup>, que condemnam as consequencias da revolução, estão representando essa revolução! (Apoiados).

O illustre deputado concluiu fazendo o elogio ás senhoras que exerciam a caridade, ás irmãs de caridade de todas as nações, ás associações que representavam o principio de caridade. De duas uma. Se é unicamente a caridade, como eu, como s. ex.<sup>a</sup>, como todos nós, como todos estes selvagens, impios e hereges têm feito; se se referia á caridade pratica, é inutil, está feito ha muito tempo, ha muitos annos por Voltaire, por Victor Hugo, por muitos, e até ultimamente naquelle magnifico romance dos Miseraveis, na magnifica figura de Bom Pastor que parece ter escandalizado algumas piás almas, algumas almas devotas.

Victor Hugo, Voltaire, e até eu, somos cumplices nesses louvores: tenho os já feito, mas estimo muito poder vê-los acrescentados.

Mas quem combate as associações de caridade? A associação consoladora dos afflictos, a associação protectora dos pobres e tantas outras, quem as combate?

O sr. Casal Ribeiro:—Ninguem as combate!

O Orador:—Faz favor de formular a sua proposição...

O sr. Casal Ribeiro:—Ninguem as combate! Lá está o relatório da minoria.

O Orador:—Se ninguem combate, pelo menos a defeza sobejava; então a defeza era inutil.

Devo declarar a s. ex.<sup>a</sup> e á camara que ninguem mais do que eu tributa mais sincero respeito (bem sei que ninguem acredita) a todas as nobilissimas damas que, prezando a instituição da caridade, a sustentam, e vão levar ao asylo do pobre o socorro e o auxilio. Eu impio, herege e selvagem comprehendo isto, e creio que algumas dessas respeitabilissimas damas sabem que o comprehendo; e tanto sabem, que já algumas das mais respeitaveis me fizeram a honra de me commetter ou encarregar de lavar o epitaphio da sr.<sup>a</sup> duquesa de Palmella, que era uma das mais distinctas entre as distinctas (apoiados). Foi este impio, este selvagem, que foi encarregado desta honra.

Estou convencido de que essas nobilissimas senhoras não suspeitam que isto pôde ser um pretexto; nem podem suspitar. Pois estas damas, no centro das suas casas, na pratica de suas virtudes domesticas, podem erer que um pensamento tão humanitario e tão nobre, como é o de acudir ao pobre e ao desvalido, sirva de pretexto para fins occultos; podem saber o que se pratica na politica? Não podem. A caridade nasce só para ser caridade, não se inventou para ser politica. Mas é facto que o é, e hei de demonstrar-lo.

E depois d'este elogio ás irmãs de caridade e congregações religiosas d'esta ordem, eu esperava uma cousa, que era a consequencia logica—voltar folha, e achar nas disposições do contra projecto uma que dissesse: «Sejam admittidas em toda a parte». Mas achou que ficam extinctas (e repare-se n'esta forma de redacção que é curiosa): «Ficam extinctas as congregações religiosas que obedecem a prelado estrangeiros. As actuaes estão n'este caso, logo faz-se um elogio pomposo para as proserver! É uma regra dispositiva do projecto. Quer-se que sejam admittidas estas beneficentoras da humanidade; mas diz-se: «Não sejam admittidas estas beneficentoras da humanidade».

Pergunto—era isto o que se queria dizer? É licito duvida-lo em presença d'estes mesmos elogios, e das differentes allegações a que naturalmente conduz um debate d'esta ordem.

S. ex.<sup>a</sup> declarou-se amigo e admirador da liberdade e unidade da Italia...

Permitta-me a camara que n'esta occasião eu falle com a prudencia e reserva que exige o logar que occupo, mas que falle ao mesmo tem-

po com a logica e coherencia de um homem que a este respeito já exprimiu as suas idéas com uma franqueza que não pôde ser posta em duvida (apoiados).

S. ex.<sup>a</sup> quer a liberdade e a unidade da Italia, mas o que não queria era a invasão de Napoles por estrangeiros. Eu podia perguntar — quaes estrangeiros? (Apoiados). Supponho que s. ex.<sup>a</sup> se referia aos piemontezes. Mas ha uma pequena distincção. Se os italianos do Piemonte são estrangeiros para os italianos de Napoles, estes é que o deviam dizer e não s. ex.<sup>a</sup> (apoiados). Cada povo tem direito de saber de que terra é (apoiados).

E admitto esse principio, onde fa o desejo de s. ex.<sup>a</sup>? Peço-lhe que note isto. No mesmo caso estavam os italianos de Florença, de Milão, de Lucca, de Modena, de Bolonha, de toda a parte! Onde estava a unidade da Italia neste caso? (Muitos apoiados.) Parece impossivel que a obcecação da paixão vá tão longe!

Vozes: — E' verdade.  
O sr. Casal Ribeiro: — Parece que não sabe a historia contemporanea.

O Orador: — Eu provarei a s. ex.<sup>a</sup> que sei a historia contemporanea e a historia antiga. Quer s. ex.<sup>a</sup> que eu indique o que diz a historia contemporanea? Diz = que quem defende o poder em Napoles eram os padres e os suíços e estes é que eram estrangeiros (apoiados).

S. ex.<sup>a</sup> não ignora que a existencia da Italia una, da Italia mater, é muito anterior a todos esses suppostos direitos, e direitos mudaveis que se crearam depois.

S. ex.<sup>a</sup>, explorando habilmente, mas infelizmente, o sentimento de nacionalidade portugueza, disse: «Não sancionemos estes principios, porque elles põem em perigo as pequenas nacionalidades.» Está enganado. Não ponhamos em perigo esses principios, digo eu, porque esses principios são justamente aquelles que fazem com que não seja a espada dos poderosos que talhe em protocolos a sorte das nações pequenas (apoiados).

A expressão livre do suffragio é a salvaguarda dos povos pequenos, é a liberdade, mas a verdadeira liberdade (apoiados). A liberdade de cada um saber de que terra é, sem se dizer aos filhos da mesma terra, nascidos da mesma origem, fallando a mesma lingua, tendo a mesma litteratura, tendo todas as condições que representam a unidade de um povo — tu és de uma nação, tu és de outra, tu és d'esta outra! (Apoiados.)

O que serve de salvaguarda aos povos pequenos é o direito actual, o direito da Europa, o direito moderno; é a razão e a liberdade (apoiados).

Por isso que admitto todas as liberdades, admitto mesmo que s. ex.<sup>a</sup> reputasse os italianos do Piemonte estrangeiros na Italia de Napoles. Mas sabe porque esses estrangeiros entraram lá? É porque em roda d'aquelle throno que está respeito no infortunio, mas que não pude aplaudir na sua antiga prosperidade, as bayonetas que o sustentavam estavam pela maior parte em mãos estrangeiras, e ainda hoje existem em mãos estrangeiras, para accender e propagar a guerra civil (apoiados).

Tristemente teriamos nós escudada e protegida a nossa nacionalidade, se nos entregássemos cegamente a esse direito que no mappa riscava a divisão dos povos como rebanhos, e diz a uma dynastia — tome vós —, e a outra — tome vós! — Foi esse direito que trouxe para nós sessenta annos que não quero recordar! (Apoiados.)

De toda esta questão tem vindo uma grande utilidade.

Por muito tempo, neste ultimo periodo, todos atiravam com as pobres irmãs, que respeito tanto, mas que respeito sinceramente; todos atiravam com ellas de presente uns aos outros. Todos diziam — vós é que quereis as irmãs. Hoje já se sabe quem as quer e como as quer (muitos apoiados). E o mais, e mais completo é — para que as quer. N'isto é que está tudo. Querer todos nós as queríamos; o para que, é outra coisa que a seu tempo veremos.

Dizem nos: «Não suspeiteis». Que quer dizer esta não suspeição? Pois ha provas de actos suspeitos e não havemos de suspeitar? (Apoiados). Pois ha provas de revolta aberta contra as leis do estado, e contra o mesmo estado, e não havemos de suspeitar? (Apoiados.) Suspeita o governo francez, esse governo forte illustrado, como muito bem disse o illustre deputado. Se s. ex.<sup>a</sup> quizer, logo lhe mostrarei um documento de suspeita, e suspeita muito grave. Suspeita a Europa toda. E só nós não havemos de suspeitar? Porque?

Pois o illustre deputado não sabe como se effectou a introdução das irmãs? Não sabe que as clausulas com que ellas foram admittidas, immediata e subrepticamente, foram por elles proprios violadas? (Apoiados). Pois não sabe da existencia da carta do padre Etienne? Pois não sabe que esse mesmo padre esteve em Lisboa, e por um documento seu (não assignado, mas que devemos á curiosidade e bondade do sr. patriarcha Guilherme saber que era d'elle) declarou que as irmãs ficavam em obediencia ao prelado maior, o que era contra as leis, e só entregues á jurisdicção do ordinario no que não violasse a sua regra? (Apoiados). E que regra era esta? Era a que as manda ser como a lima na mão do operario, que lhe serve para muitos e diversos fins; quasi lima in manu fabri.

Mas não é este só o facto suspeito. Pois não será facto suspeito o abandono em que jaziam as irmãs de caridade portuguezas? (Apoiados).

Na sessão do senado francez, de 25 de fevereiro, mr. Billault poz a questão n'uma clareza

za que não podia deixar duvida; e eu tendo ouvido com prazer o illustre deputado referir-se a este discurso, como s. ex.<sup>a</sup> não leu senão uma parte d'elle, ha de permitir-me que recite a segunda parte (apoiados). Esta refere-se exactamente á organização poderosa e tenebrosa d'essas conferencias (apoiados); que s. ex.<sup>a</sup> diz que não tem contacto, que não tem afinidade, mas que pelas suas circumstancias fazem um todo homogeneo, e são a organização d'essa grande corporação, que se compõe de conferencias no estado civil e congregações na ordem religiosa (apoiados).

N'este discurso diz-se o seguinte:  
«Em contacto com as classes mais elevadas pela sua posição e influencia, em trato quotidiano com as outras classes, operarios, aprendizes e até militares, para as quaes multiplica as reuniões instructivas ou atrahentes; a sua acção penetra por toda a parte.»

Eis aqui uma cousa perfeitamente innocente, da qual se não deve assustar o governo; mas que assusta este governo forte e illustrado, e o assusta assim porque revela a importancia que resulta da sua organização.

Continua mais o illustre ministro a dizer:  
«Será verdade que para continuar estas boas obras nas diversas localidades da França careça de uma organização tão energica, tão concentrada, tão independente? Em caso de difficuldades religiosas ou politicas não poderia a influencia conquistada hoje por beneficios suscitar serios obstaculos.»

Que me diz o illustre deputado a isto? Tem o governo francez razão para suspeitar ou não? (Apoiados.) — Pois uma nação que dispõe de 500:000 bayonetas, e que tem uma grande força moral, uma nação altamente illustrada pronuncia as suspeitas por este modo, e nós não devemos fazer caso?... São duas pobres irmãs — (muitos apoiados); — são 3:400 conferencias, sem fallar nas casas religiosas, nas altas relações e nos perigos que n'isto se revelam —

Não para aqui; diz mais o illustre ministro no mesmo discurso, porque eu li-o todo:

«Nesta sociedade por melhor intencionada que seja (tambem salva a intenção como todos nós) nada é publico senão o que os seus chefes querem publicar.»

Pois é a estes que se quer entregar a liberdade de um paiz que vive da publicidade, quando elles vivem sem ella? (Muitos apoiados.)

«Nos seus numeros impressos e no seu jornal não dá conta senão do que lhe parece.»

Se, uma parte d'este discurso servia para s. ex.<sup>a</sup>, a outra serve-me a mim, e então dividimo-lo ao meio.

Não bastam estes documentos do governo francez; temos mais. S. ex.<sup>a</sup> de certo ha de ter conhecimento de uma circular de mr. Persigny, e o ministro dos cultos não lhe chamou selvagem porque desconheceu que á sembra d'isto se caminhava para outro fim.

Eu peço desculpa á camara, que a hei de cansar com a leitura de documentos...

Vozes: — Não cansa.  
O Orador: — Mas ha muito que estou costumado a combater n'esta questão com documentos, e não vejo que se me responda senão com generalidades, ou então com mutilações.

Esta circular é de 5 de abril de 1862; é muito moderna, é d'este anno:

«Senhor prefeito. — Pela minha circular de 25 de janeiro ultimo convidei-o a consultar as conferencias de S. Vicente de Paulo do seu departamento, para saber se ellas queriam ser unidas entre si por um congresso central, formado da maior parte dos membros do antigo comicio de Paris, ou tendo por presidente um alto dignitario da igreja, nomeado pelo imperador, ou se preferiam funcionar isoladamente como até agora.»

A esta parte já s. ex.<sup>a</sup> alludiu, porém não a leu. Eu não alludo, leio-a:

«Depois de alguma vacillação e de um prazo muito largo, a maior parte das conferencias responderam por fim — 88 que aceitavam um alto funcionario isoladamente.»

«Em consequencia d'esta resposta, e de accordo com o voto da maioria das conferencias, tenho a honra de comunicar-lhe, que o governo considera terminada a regularisação das sociedades de S. Vicente de Paulo, cuja existencia legal fica desde hoje subordinada ao isolamento de cada conferencia, e á suppressão de todo e qualquer laço central.»

Ora isto, note a camara, é justamente a transacção de que s. ex.<sup>a</sup> fallou, feita por um governo forte e illustrado, que foi obrigado a transigir com esta corporação, com este corpo cuja importancia foi avaliada segundo este documento. S. ex.<sup>a</sup>, sabendo que o governo francez fôra obrigado a transigir, não deve admirar-se de que outro governo que não tem tanta força se precate para não ser a isso obrigado.

Vozes: — Muito bem.

(Continúa)

## CORRESPONDENCIAS

Sr. redactor.

Vagos 15 de maio de 1862.

Não sei quem me mandou o *Campeão das Provincias*, n.º 1030, aonde vem um artigo em que o mesmo jornal officiosamente defende o sr. Alexandre Ferreira Diniz, escrivão de fazenda deste concelho.

Pelo que me diz respeito, julguei acerto agradecer ao *Campeão* o epitheto de insignificante, que lhe não posso levar a mal, porque nunca reconheci em mim importancia alguma,

mas o que lhe posso affiançar é, que aprendi com meu pae a ser honrado, e nessa conta me tenho.

Agora direi alguma cousa sobre o que me diz respeito, para que o *Campeão* fique sabendo que foi mal informado.

Fui eu mesmo que disse ao sr. Alexandre, que não estavam comprehendidos na respectiva matriz uns bocados de terreno, que aqui possuem meus irmãos, ausentes, e isto quando elle ainda estava em communidade com meu irmão José, em conversação particular, que felizmente mais alguém ouviu, e que esses terrenos não foram descriptos no tempo em que fui escrivão, porque nessa epocha não era eu ainda o administrador desses bens. Ainda antes do sr. Alexandre ser escrivão, eu o communiquei ao escrivão que me precedeu, que os não fez inscrever na matriz por esquecimento.

Então como pertencia eu subtrair-me ao pagamento se eu não é que pago, e fiz esta declaração ao sr. Alexandre?

Pois o sr. Alexandre soube que os outros predios eram de meus irmãos para lhos descrever na matriz, e porque não soube tambem deste, que eu disse que não era meu para o incorporar nos outros? Pois elle indagou aonde eram os mais, teve quem lho dissesse (porque elle a mim nada me perguntou) e só a respeito d'um não houve ninguém que lhe desse informações? Santa historia!

Todos os caseiros e muitas pessoas sabem dos poucos bens, que elles aqui possuem. Ainda bem que não era nenhum dos meus predios, que deixou de ser inscripto, e que logo que tive conhecimento de que era de meus irmãos, não exitei em declaral-o á junta, na petição de recurso, que para ella interpus.

No entanto o *Campeão* diz, que a minha petição não podia deixar de ser indeferida; está dito.

Quem assim argumenta tambem pode dizer que o sr. Alexandre podia deixar de publicar, como deixou, as suas decizões. Tudo pôde ser. Até se pôde tambem dobrar a minha contribuição, quando o contingente era o mesmo do anno passado, a percentagem igual, e o rendimento collectavel talvez superior, e quando então não havia queixas como hoje ha, e isto para obsequiar certas e determinadas pessoas.

Eu nunca gostei do exclusivo, tenho a consciencia de que sempre paguei contribuição igual ás pessoas dos meus haveres, e a gloria de que quando fui escrivão houve alguns annos em que não tive uma só reclamação: lá estão os documentos para provar o que digo.

Reconheço a necessidade dos impostos, mas tambem reconheço a necessidade de serem distribuidos com equaldade, e é o que se não deu neste concelho.

Como quero eu *ninho de quinho* (expressão do *Campeão*) se eu uzei do direito de petição? Eu não me escandalizei da minha petição ser indeferida, e nem ainda me escandalizava se a junta confirmasse a decizão do escrivão de fazenda; de que me escandalizei foi, de que da falta do cumprimento da lei da parte do escrivão não tivesse decizão o meu recurso. Tenho ou não razão?

Em quanto ao que escrevi é uma verdade, que o *Campeão* não pode lançar por terra: estou prompto a provar o que disse quando m'o exigirem. Do que disse relativo ás matrizes, são ellas mesmo o documento. Em quanto ao mais tenho documentos que o mesmo sr. Alexandre se dignou fornecer-me.

Apezar de ser insignificante, o vulto do sr. Alexandre é tão pequenino que me não incomoda: passo muito bem sem a sua amizade, da qual elle sem motivo algum me despediu, porque tenho aqui muitos amigos.

O que pretendo é que o illm.<sup>o</sup> sr. delegado do thesouro cumpra o seu dever, mandando proceder á analyse das matrizes, e depois se eu mentir, que o conserve, ou que faça o que bem lhe parecer, na certeza de que eu não desisto. Peço providencias, e estou no meu direito.

Este povo não quer a conservação do actual escrivão de fazenda, e eu hei de acompanhal-o.

Peço, sr. redactor, a continuação do seu favor para a publicação destas minhas expressões, que nada encerram, no meu fraco entender, que possa deslustrar o seu acreditado jornal, pelo que lhe fica sumamente agradecido quem é com a maior estima e consideração de V. etc.

Duarte Justiniano da Roza Vidal.

N. B. Depois que escrevi estas linhas, disse-me um amigo meu, que o sr. Alexandre dirigira (não sei para que jornal da localidade) uma carta em que dizia, que me não respondia já por afazeres que tinha; e logo depois disto me disseram que elle havia encomendado o sermão a pessoa, que lh'o não pode apromptar se não para a semana.

Seja bem vindo o homem. Virá confessar o seu desmazello? Se assim for *ego te absolvo*. Se porém se arredar da questão e vier com evazivas, ou alguma cousa da minha vida particular, é de erer que lhe não responda.

Era ut supra.

D. J. R. Vidal.

## EXTERIOR

Dos jornaes do correio de hontem extrahimos o seguinte:

Berlin 9. — Na sessão de hontem da dieta de Francfort, foi enviado á commissão de reclamações um requerimento dos eleitores de Cassel,

concernente ao decreto do principe elector, com data de 26 d'abril. Ponderando a importancia d'este objecto, indicou o embaixador prussiano, que o requerimento devia ser remettido á commissão de Hesse, visto que sumamente perigosa poderia a ser immediata execução do decreto de 26 d'abril, accrescendo que as medidas do governo d'Hesse accarretariam graves consequencias politicas, pois que seriam uma prova de falta de respeito por parte do mesmo governo para as propostas da Prussia e Austria. O ministro d'Hesse reservou-se para responder opportunamente.

Paris 9. — Na quinta-feira proxima passará o imperador uma grande revista em honra do rei dos Paizes Baixos.

A esquadra franceza, que deve sahir de Napoles no dia 11, recebeu ordem de esperar alli pela chegada do principe Napoleão.

No dia 22 sahirá Victor Manoel de Napoles para Turim.

Em Londres, na associação da «unidade italiana» presidida por Bertani, approvou-se uma representação de lord Palmerston para dar liberdade a Roma. O encarregado d'apresentar pessoalmente a representação é Mazzini.

Torna a agitar-se em Londres a questão do recolhimento dos estados do Sul.

No dia 6 teve lugar um sanguinolento combate nas margens do lago Scutari. Os montenegrinos perderam 700 homens e 600 os turcos.

Liverpool 10 (á tarde). — Acaba de chegar o paquete dos Estados Unidos, e traz noticias do New-York até 24 d'abril.

Diz o *Herald* daquelle cidade, referindo-se ao *Diario da Marinha* do dia 16, que em virtude d'uma conferencia que houve em Orizaba, os francezes resolveram avançar per si sós contra o Mexico, assegurando á Inglaterra e Hispanha a satisfação das suas obrigações pelo que os chefes das forças militares destas nações resolveram retirar-as.

Paris 11. — No *Moniteur* de hoje vem esta declaração: «S. A. I. o principe Napoleão, que esta noite parte para fazer uma visita ao seu sogro o rei da Italia, não recebeu do imperador missão nenhuma politica.»

Napoles (sem data). — Os bandos bourbonicos que vagavam pelo districto de Gargano foram dispersados.

Turim 9. — Nomeou-se em cada cidade uma commissão para examinar os titulos que tenham os emigrados para obterem subsidios do governo.

Trieste 9. — A rainha da Grecia já se acha restabelecida da queda que deu no dia 30 d'abril.

Têm-se feito mais prisões em Athenas, Syria, Nauplia e Tripoli.

S. Petresburgo 9. — Por motivos de saude, deixa definitivamente o general Lambert o seu posto de logar-tenente general da Polonia.

O general Luders sahio de regresso para Varsovia.

—Da «Correspondencia»: «Marselha, 10. — O cardeal Wisman chegou aqui.»

No domingo 4 teve o papa um accesso de febre. Na allocução que dirigiu ás tropas em Porto d'Anzio disse-lhes: «que a cruz era a bandeira de todos os fieis, e que ninguém deve abandonal-a, porque com ella triumphou Constantino de todos os seus inimigos.»

Londres, 10. — Lord Palmerston respondeu á accusação de que a má intelligencia com a França motivava os armamentos, dizendo que nos Estados-Unidos, ambos os governos seguem uma politica identica; que a respeito de Italia, a França e Inglaterra podem differir em alguns pormenores, mas que são identicos os seus sentimentos generosos a respeito da peninsula italiana.

O ministro Layard disse que o sr. Mercier tinha ido a Richmond sem instruções do seu governo, e que a sua viagem não tem fim politico.

Disse mais que o estado da fazenda na India é satisfactorio.

Paris, 10. — Espera-se aqui a 19 a S. A. Saïd-pachá. Occupará nas Tulherias as mesmas habitações que occupam SS. MM. os reis de Hollanda, que partirão a 18.

Hoje, ás 6 horas da tarde, receberam dos Paizes-Baixos o corpo diplomatico estrangeiro.

No jantar dado hontem em Trianon, em honra dos reis de Hollanda, os unicos diplomaticos convidados eram os embaixadores de Hollanda e da Italia.

—Do «Contemporaneo»:

«Paris, 11 á noite. — A «Patrie» diz ter recebido noticias de Nova-York, datadas de 26, cujo resumo é o seguinte:

As noticias do Mexico, chegadas a Havana, alcançam a 15 de abril.

Em consequencia de uma conferencia celebrada em Orizaba, entre os generaes aliados, o general Laurence resolveu marchar com a sua divisão sobre o Mexico, declarando que tomava sobre si toda a responsabilidade desta providencia. Os plenipotenciarios de Inglaterra e Hespanha decidiram a retirada das tropas.

Os generaes mexicanos Almonte e Miranda acompanham o exercito francez, e acabam de publicar uma proclamação contra o presidente Juarez.

Por ultimo, o partido conservador prepara-se para renovar seus ataques contra o governo do Mexico.

«Bruxellas, 11. — O estado do rei é satisfactorio.

O duque de Brabant chegou a esta capital ás 8 horas da noite.

«Londres, 12. — Nova-York, 29. — As comu-

nicações telegraphicas para Nova Orleans estão interrompidas. Anuncia-se que as tropas federaes estão diante d'aquella cidade.

Os confederados ao terem noticia da tomada da fortaleza de Jakson, destruíram os algodões e os vapores não necessarios ao transporte. Julga-se que os confederados levaram de Jakson 18 milhões de dollars em metalico.

O secretario da legação hespanhola em Washington saiu para o sul.

O general Beauregard recebeu reforços consideraveis.

«Nova York, 1.º de maio. — A esquadra federal está em frente de Nova Orleans. Ainda não principiou o bombardeamento. Ha negociações para a entrega da praça.

Os separatistas occupam ainda a fortaleza de Jakson.

Correm boatos de que o exército de Buller se aproxima de Nova Orleans. Espera-se uma batalha ao norte de Richmond.

As inundações do Mississippi causaram grandes desastres. Nos districtos de Madrid, Columbus e Alabama, começa a substituir a cultura dos cereaes á do algodão.»

Da «Correspondencia»:

«Londres, 12 á noite. — O «Correio dos Estados Unidos», jornal de Nova-York, publica no seu numero de 26 de abril o artigo seguinte:

«Pela fragata de vapor hespanhola «Isabel a Catholica», que entrou hontem em o nosso porto, recebemos noticias de Habana que alcançam a 18, e de Vera-cruz a 13.

Por causa de uma conferencia entre os chefes das forças alliadas, conferencia em que parece não houve muita serenidade, o general Laurence resolveu marchar só para o Mexico com a sua divisão, assumindo toda a responsabilidade deste acto.

Diz-se que os plenipotenciarios inglez e espanhol resolveram então retirar-se com as tropas. Os generaes Miranda e Almonte, que se encontravam com o general Laurence, publicaram uma proclamação contra Juarez. Doblado respondeu em uma contra proclamação que os declarava traidores.

Consta que os ministros de justiça e agricultura tiveram uma entrevista com os generaes Laurence e Prim; mas parece que esta entrevista não deixou satisfeito o chefe francez. Eis aqui o plano que se attribue a Almonte: assumirá o titulo de dictador provisório, convocará uma assemblea nacional que deliberará sobre a lamentavel situação do paiz, e determinará qual a forma de governo que mais convém ao Mexico.»

## NOTICIARIO

**Mais denuncias.**—Os denunciante julgam poder fazer acreditar, que o sr. Mendes Leite, aconselhara alguns contribuintes, reunidos na recebedoria da comarca, a que não pagassem, porque, dentro de poucos dias, seriam queimados os conhecimentos. Desmentidos formalmente pelo sr. recebedor, não mentiram, vieram com materia nova.

O sr. Mendes Leite não fez o que os denunciante disseram, fez mais.

A primeira denuncia ficou muito aquem da verdade. O sr. Mendes Leite propalou boatos assustadores. O sr. Mendes Leite, que não tem o direito d'entre amigos deixar de ser serio, zombou dos tumultos do Minho, e disse brincando ao sr. recebedor da comarca, que se prevenisse porque não tardaria que em Aveiro acontecesse o que ali se passou.

Se a prevenção fosse feita a serio, seria um serviço ao sr. recebedor, mas feita a brincar, foi um crime horroroso.

E quando fez isto o sr. Mendes Leite? Coincidencia notavel! No mesmo dia em que a administração do concelho se abriu uma devassa a proposito d'uma denuncia, que se fizera de que havia plano de ir a casa do sr. escrivão de fazenda com o fim de lançar fogo ás matrizes.

Custa a crer que assim se escreva. Não houve tal denuncia, nem se abriu devassa: é tudo mentira: temos em nosso poder documento, que prova mais esta falsidade aos denunciante.

Quer parecer-nos, que para ter occasião de propalar boatos assustadores, é que inventaram a devassa, e senão é, então quizeram lembrar á auctoridade este meio de incommodar o sr. Mendes Leite. Contavam com as testemunhas, que contra elle falsamente depozeram nas devassas de D. Miguel, testemunhas que elles bem conhecem, e esperavam provar com ellas a sua denuncia. Enganaram-se. Caracteres tão safados, nem para denunciante servem, todos os conhecem e ninguém lhes dá credito; quanto delles vem, é tido por falso.

As auctoridades leram as denunciae, não lhes deram a menor importancia, porque sabiam d'onde vinham, nem uma investigação fizeram, apesar do melindroso do assumpto, e da occasião, e d'algumas sabemos nós, que censuraram este infame proceder.

Ora, se as auctoridades tanto desconsideraram os denunciante, para que lhe daremos nós importancia?

**Pasquins** — Apareceram uma destas madrugadas em diversas esquinas uns papellhos manuscritos em que se liam duas tollices convidando os aveirenses a reunirem-se ant'hontem no largo do sr. das Barrocas. E' escusado dizer que ninguém lá appareceu.

Consta-nos que hontem appareceram mais, no mesmo estylo. Conhecia-se que a letra era de criança.

A cousa por cá não vae alem do dominio do

rediculo. São os rapases que querem tambem redigir a sua proclamaçãozinha. Fazem elles muito bem.

**Devassa** — Alguem fallou ahi em uma devassa que se abria na administração do concelho para syndicar de certos projectos de tumultos. Espantou-nos esta noticia, e não era para menos; mas o sr. administrador do concelho, a quem perguntamos por isso, mostrou-se ainda mais espantado do que nós. Disse-nos s. s.ª que nada lhe constava a tal respeito!

D'onde partiria pois a noticia? Parece que ha ahi gente que morria porque realmente se pozesse na rua uma pequena proccissão!... Ao menos não cessa de fallar nisso. Fazem-lhe cocegas aquellos tumultos d'Amores! Felizmente este povo é socegadissimo; não é para essas funcções.

**O Bem Publico.** — Este jornal diz-nos na sua folha, que acabamos de receber, «que fica sabendo que nós nos esquivamos de responder aos seus artigos por serem demaziado profundos, e que sente não poder fazer igual cumprimento aos vossos.»

Ora essa! Pois o sr. S. M. queria fazer aos nossos artigos o mesmo cumprimento que tem os seus! Pelo amor de Deus, sr. S. M., não faça tal. Ninguem mais os leria como acontece aos profundissimos artigos da sua lavra. Se nos não quer muito mal, dispense-nos desse favor, que nós promettemos conceder aos seus artigos todo o cumprimento e profundidade: fique descançado.

**Sonda da barra.** — Foi sondada no dia 18 a barra desta cidade, encontrando-se 4,20 de profundidade.

**Estrada de Aveiro a Oliveirinha** — Os povos da freguezia da Oliveirinha, e a respectiva junta de parochia, representaram ao governo pedindo a construcção d'uma estrada desta cidade áquelle importante mercado.

A representação foi dirigida ao sr. José Estevão, e esperamos que o governo se não demorará em attendel-a.

**Um barco a navegar por terra!** — Admiram-se? Pois é verdade. Vim-o nós. Atravessou hontem a cidade do Espirito Santo até ao caes um barco todo enramalhado, e embandeirado, e levando dentro... advinhem o que? Uma festa composta de clarinetas, rabecas e banzas! E não era um pequeno batel, não senhor; era um barco como os maiores que navegam por essa ria!

Este novo prodigio fora construido nos estaleiros de Verdemilho, e veiu, a falta de vapor, sobre carros e puchado a bois para ser lançado á agua no caes desta cidade.

**Desastre.** — Ha dias em Avanca uma junta de bois foi atropelada pela locomotiva que percorria a linha entre Estarreja e Espinho. O carreiro, apesar dos avisos da machina, deixou seguir o carro pela via, de forma que não pôde já retirar-o a tempo de não ser atropelado.

Um dos bois foi litteralmente feito em hastilhas. A machina nada soffreu. Parece que apenas partiu o estribo do tender.

Estes desastres é possivel que se repitam, se continuar a imprevidencia dos nossos lavradores em deixarem aproximar-se os seus gados da via. Felizmente não os tinha por em quanto havido, o que se deve certamente ao muito cuidado dos conductores em irem continuamente avisando com os estridulos assovios da machina.

**Eleição.** — Foi eleito no dia 8 do corrente pelo cabido de Vizeu para vigario geral da mesma diocese o ex.º sr. dr. Manoel Corrêa de Bastos Pina, chantre da sé de Coimbra.

A eleição foi muito acertada, tanto pelas habilitações do sr. Pina, como pelo conhecimento que tem do bispado, onde já exerceu iguaes funcções quando d'aquella diocese foi transferido para a de Coimbra o sr. bispo Lemos.

**Tumultos.** — Diz o correspondente de Braga ao *Jornal do Porto*, em data de 18 do corrente o seguinte:

Não escrevi hontem nem ante-hontem, por não haver couza que obrigasse a fazer uma correspondencia extraordinaria.

Hoje, porém, se não ha factos de grande transcendencia actual que noticiar; ha-os, contudo, que, pelo que significam, merecem consideração.

—No concelho de Terras de Bouro tocaram hontem e hoje os sinos a rebate.

Os amotinados, quasi todos do extinto concelho de Santa Martha do Bouro, foram hoje fazer o auto de fé a Terras de Bouro.

Até esta hora, 10 e meia da noite, não se sabem pormenores.

—Sahiram hoje de tarde para Amares 75 bayonetas, 50 de caçadores 3 e 25 de infantaria 9.

Diz-se que parte d'esta força tem de marchar d'alli, esta noite, em diligencia.

Parece-nos que governo precisa de d'empregar medidas energicas, para que não estejam todos os dias a reaparecer os motins populares. Toda a contemporização arrega e não extirpa o mal.

—Chegou, hoje ás 6 e meia horas da tarde o destacamento d'infanteria 6 que tinha ido para Barcellos. Foi rendido por uma força d'infanteria 8.

—Já chegaram 2 dos inspectores que o governo nomeou para inspecção os actos dos empregados de fazenda d'este districto. O 3.º, diz-se que chegará amanhã.

—Amanhã diremos o que se fôr sabendo.

**Caminhos de ferro do sul.** — A receita geral da exploração deste via, na semana de 22 a 28 d'abril ultimo, foi de 1:951\$891 reis.

## CORREIO

LISBOA, 18 DE MAIO

(Do nosso correspondente.)

Amigos.

A discussão da lei do ensino vae continuando, e pelo que parece não se concluirá tão cedo, de sorte que teremos nova prorogação de camara.

Depois do monotono e inconcludente discurso do sr. José Maria d'Abreu, fallou o joven deputado Claudio José Nunes, uma das mais esperangosas intelligencias do chamado partido novo.

O discurso do illustre deputado por Bemfica, foi conciso, brilhante de forma e essencialmente liberal de doutrina. — Desfez com extrema habilidade e clareza todos os sophismas apresentados pelo sr. Cazal Ribeiro, e mostrou todas as contradicções em que o chefe do partido clerical tem cahido já depois da sua descarada apostasia.

O nobre deputado do partido popular disse em poucas palavras o que era a opposição colligada, quaes eram os seus intuitos e designios, e apontou os perigos que corriam as liberdades publicas, se aquella facção conseguisse subir ao poder com as relações e compromissos que tem e que não lhe é possivel quebrar — Esta parte do discurso do sr. Claudio foi muito aplaudida por todos os deputados liberaes, e as galerias deram inequivocos signaes de approvação ás palavras do joven orador.

Não obstante ser a lei que se discute a segunda questão importante em que tomou parte o sr. Claudio, a maneira distincta e brilhante como se houve em ambos os seus discursos, collocou-o já ao lado dos bons oradores da tribuna portugueza. Aqui damos os parabens ao sr. Claudio e ao partido liberal, a quem infelizmente não sobram homens novos com bastante intelligencia e dedicacão civica, para poderem defender com honra a herança sagrada, que nos legaram os varões illustres, que regaram com o seu sangue a terra da liberdade.

Ao sr. Claudio seguiu-se-lhe na tribuna o miguelista Pinto Coelho. — Não o pude ouvir. Quando este caudillo do absolutismo, da força, do cacete, da presinganga e da inquisição começou a sua desbargada verrina contra o heroe libertador da nova Italia, sahi da galeria, sentindo que a indignação, que m'inspiraram as palavras do orador miguelista, não fosse geral em todos os homens liberaes que assistiam á discussão e que todos não manifestassem, retirando-se da sala, o horror que lhe causavam as herezias do subdito de D. Miguel. — Bem sei que a liberdade é para todos, até mesmo para os seus assassinos, mas o que não sei, é a razão porque a tolerancia, que obriga os deputados liberaes a ouvirem as expansões de odio contra a liberdade dos deputados miguelistas seja extensiva até aos espectadores, e lamento, que as galerias não estejam sempre vazias quando falla o sr. Pinto Coelho e os seus correligionarios.

Hontem depois do sr. Pinto Coelho fallou o sr. Arago Mascarenhas, que castigou severamente as demazias do reaccionario insolente e confundiu o inimigo da liberdade com essa mesma liberdade de que elle usava e abusava.

—As noticias do Minho dão aquella provincia em completo estado de tranquillidade. Parece que o general barão de Palme está disposto a tratar severamente os amotinadores em qualquer lugar que elles appareçam.

—Dizem-me que está nomeado commandante da guarda municipal do Porto o tenente coronel do 6.º d'infanteria. S. s.ª veio a Lisboa fazer o exame para poder ser despachado coronel, posto que lhe pertence por antiguidade.

O illustre deputado o sr. Antonio de Serpa casa-se no mez de junho proximo com uma das M.ªs Bernicks.

—Em um dos ultimos numeros da *Nação* vem publicado um requerimento assignado pelos marquezes de Penalba e Vallada e muitas mulheres de aristocracia, pedindo ás camaras o restabelecimento dos conventos de frades.

Respeitador do bello sexo, não faço nenhum commentario áquelle requerimento, ainda que é minha opinião, que todas as vezes, que a mulher sae do lar domestico e da sua nobre posição de mãe de familias para vir tomar parte em os negocios publicos, perde todos os privilegios do sexo e expõe-se a ver discutidas as suas acções.

Quem, a pretexto de sentimentos religiosos, vem provocar o partido liberal com um requerimento d'aquella especie, dá direito a que s'investigue se o seu procedimento moral está d'accordo com os mandamentos da religião que finge acatar.

—E' amanhã o beneficio do cidadão José Marques, no theatro de S. Carlos. O homem que foi accusado de venalidade, vê-se obrigado a recorrer áquelle expediente para não morrer de fome.

O *Portuguez* de hoje dá a noticia de ter havido uma grande explosão na fabrica de polvora em Barcarena. Accrescenta que ha a lamentar algumas victimas do sinistro, mas que só á vista d'informações mais minuciosas poderá relatar o succedido.

—A extracção da loteria que se devia fazer amanhã, ficou transferida para o dia 27.

—Os despachos telegraphicos recedidos hontem dão as seguintes noticias:

Nova-York 6. — Os confederados evacuarão York-Town, deixando 70 peças de artilheria.

Os portos do Sul vão abrir-se dentro de pouco tempo.

Em consequencia d'isto os preços do algodão baixaram em Liverpool.

Os confederados depois do combate de Wil-lamburgo, retiraram-se para Richmond.

Mercier chegou a York-Town.

Os navios mercantes podem sair de Nova-Orleans, onde ha grande quantidade de algodão.

Turin 16. — Foram presos uns officios garibaldinos por tentativa de expedição ao Tyrol.

Garibaldi tinha pedido, e o governo recusado a expedição.

Adeus Vosso F. O.

## MOVIMENTO DA BARRA

Aveiro 17 de Maio

Entradas

PORTO. — Hiate port. «Nova União», cap. M. dos S. Chuva, 9 pes. de trip., carriz de ferro á empresa Salamanca.

IDEM. — Hiate port. «Lanceiro», cap. A. T. Pães, 6 pes. de trip., lastro.

IDEM. — Hiate port. «Venturoso», cap. A. F. Pelicas, 9 pes. de trip., lastro.

IDEM. — Hiate port. «Cruz 3.ª», cap. J. S. Amaro, 8 pes. de trip., carriz de ferro á empresa Salamanca.

IDEM. — Rasca port. «Victoria», m. L. da Silva, 10 pes. de trip., carriz de ferro á empresa Salamanca.

IDEM. — Galiota dinamarqueza «Luna», cap. J. Kieher, 5 pes. de trip., vinho.

IDEM. — Hiate port. «Libertador», cap. J. J. de Puga, 9 pes. de trip., lastro.

IDEM. — Hiate port. «Fenix», cap. J. Nunes, 7 pes. de trip., encommendas.

Em 18

IDEM. — Hiate port. «Razoilo 1.ª», J. Razoilo, 7 pes. de trip., lastro.

IDEM. — Hiate port. «E' Segredo», cap. A. N. Ramizote, 7 pes. de trip., carriz de ferro, á empresa Salamanca.

IDEM. — Hiate port. «Tricano», cap. A. J. Serão, 8 pes. de trip., carriz de ferro á empresa Salamanca.

VILLA DO CONDE. — Cabique port. «Perola do Vouga», mestre M. Vicente, 7 pes. de trip., lastro.

Sahidas em 17

LISBOA. — Rasca port. «Carolina», m. A. S. Amaro, 9 pessoas, de trip., madeira.

IDEM. — Rasca port. «Assumpção», m. M. C. Valverde, 7 pes. de trip., madeira.

PORTO. — Rasca port. «Moreira», m. L. Henriques, 10 pes. de trip., sal.

IDEM. — Rasca port. «S.ª Maria», m. J. J. de Mattos, 10 pes. de trip., sal.

VILLA DO CONDE. — Bateira port. «Olho Vivo», m. D. d'Angelica, 6 pes. de tripolação, sal.

PORTO. — Hiate port. «Deus Sobre-Tudo», cap. J. S. Rê, 7 pes. de trip., sal.

IDEM. — Hiate port. «Novo Atrevido», cap. M. Marques, 8 pessoas de trip., sal.

IDEM. — Hiate port. «Conceição Feliz», F. d'Oliveira, 6 pes. de trip., sal.

IDEM. — Hiate port. «S.ª Cruz», cap. A. A. Laborinho, 7 pes. de trip., sol.

## ANNUNCIOS

Manoel Martins Canellas, da Venda-Nova, freguezia de Bólho, tem 12 pipas de vinho do melhor possivel, do centro da Bairrada, quem o desejar comprar pode dirigir-se ao mesmo annunciante para tratar do seu ajuste.

Acha-se de novo a concurso o partido de Medicina e cirurgia do concelho de Vagos com o ordenado de 100\$000 rs. annuaes livres de decimas: As condições acham-se patentes na secretaria da mesma camara para quem as quizer analisar.

## EDITAL

VICENTE AUGUSTO D'ARAUJO CAMISÃO, Segundo official graduado do thesouro publico, e delegado do mesmo thesouro no districto de Aveiro, por S. M. F. El Rei que Deus guarde.

Faço saber que se acha vago o lugar de escrivão de fazenda do concelho de Albergaria a Velha, cujo concelho é da 3.ª classe, e que em vista do § unico do art. 26.º do decreto de 3 de novembro de 1860, tem preferencia a serem promovidos áquelle lugar os aspirantes da 1.ª e 2.ª classe da repartição de fazenda deste districto, bem como os escripturarios dos escriptores da fazenda do mesmo, e por isso aquellos que pretenderem o sobredito lugar, o poderão requerer dentro do prazo de 15 dias a contar da data de hoje, juntando a seus requerimentos os documentos comprovativos, que tiverem das suas habilitações e antiguidade de serviço.

Aveiro 17 de maio de 1862.

Vicente Augusto d'Araujo Camisão.

RESPONSAVEL:—M. C. da Silva va Pimentel

Typ. do Districto de Aveiro.